# Demonstrações Contábeis

## em 30 de junho de 2022

WILL FINANCEIRA S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

# Diretoria

**Felipe Felix Soares de Sousa**
Diretor Geral

**Ricardo Saad Neto**
Diretor Corporativo

# Contadora

**Liliane Vicente Bifano**
CRC 1SP-326110/O-9

04 Relatório da Administração 2022

07 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

11 Balanços Patrimoniais

12 Demonstrações do Resultado

13 Demonstração do Resultado Abrangente

14 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

15 Demonstração dos Fluxos de Caixa

16 Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

# Relatório da Administração 2022

## Receitas de Intermediação Financeira

As receitas de intermediação financeira são geradas principalmente por atrasos nos pagamentos das faturas de cartão de crédito de clientes, juros de parcelamentos de faturas vincendas, do uso de limite através de produtos no crédito (como pagamento de boletos, transferências e saques no crédito) e floating. Em termos comparáveis, nossa receita de intermediação financeira cresceu 81%, saindo de R$306 milhões no primeiro semestre de 2021 para R$554 milhões no primeiro semestre de 2022. Este crescimento está diretamente relacionado ao aumento da nossa base de clientes, assim como na disponibilidade de produtos, o que potencializa o valor transacionado em nossos cartões e consequentemente, a receita por cliente.

## Despesas com Captação

Os custos de captação são as despesas com juros e englobam todos os custos relacionados ao financiamento da nossa operação, principalmente despesas com emissão de CDB's e LC's pré e pós-fixados, distribuídos por corretoras parceiras. No primeiro semestre de 2022, esse custo subiu 182% comparado ao mesmo período do ano passado, é importante ressaltar que ao longo do período citado a taxa básica de juros SELIC aumentou 9 p.p., saindo de 4,15% a.a. em 30/06/2021 para 13,15% a.a. em 30/06/2022.

## Provisões e perdas associadas ao risco de crédito

As despesas com provisões associadas ao risco de crédito cresceram de R$42 milhões no primeiro semestre de 2021 para R$67 milhões no primeiro semestre de 2022, uma variação de 61%. Por sua vez, as despesas com operação de venda ou de transferência de ativos financeiros cresceram 154%, saindo de R$134 milhões no primeiro semestre de 2021 para R$341 milhões no primeiro semestre de 2022. Além do aumento na carteira de crédito, os índices de inadimplência estão convergindo aos níveis pré-pandemia, fato este que vem ocorrendo no mercado como um todo. O desempenho do will bank em inadimplência vem se mostrando superior a média do setor em 2022.

## Resultado de Intermediação Financeira

Por conta das variações acima expostas, o resultado de intermediação financeira caiu 80% em relação ao primeiro semestre de 2021, atingindo R$17 milhões no primeiro semestre de 2022, ante R$84 milhões no primeiro semestre de 2021.

## Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas, que englobam também as despesas com pessoal, alcançaram no primeiro semestre de 2022 R$56 milhões, um aumento em 499% comparado ao mesmo período do ano anterior. Este aumento ocorreu por conta de: i) Aumento do quadro de colaboradores, necessário para acompanhar o crescimento das nossas operações e expansão de linhas de negócio; ii) início da nossa campanha nacional de branding, que impulsionou o nosso reconhecimento de marca e engajamento nas mídias da companhia; e iii) aumento das despesas de aquisição por conta do maior número de leads e também da nossa base de clientes.

# Relatório da Administração 2022

## Resultado Líquido

Em linha com a atual estratégia de crescimento da Companhia, o resultado da operação, após tributos e participações, resultou em um lucro líquido de R$7 milhões no primeiro semestre de 2022, uma redução de 86% se comparado ao mesmo período do ano anterior, no qual o lucro líquido apurado foi de R$48 milhões.

Adicionalmente, a Administração declara, conforme requerido pela Circular BACEN 3068, sua intenção e capacidade financeira da Companhia para manutenção dos títulos destacados em nota explicativa 6 às demonstrações contábeis até os seus vencimentos.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

*Limite de capital regulatório*

Conforme descrito em nota explicativa nº 19 (a) às demonstrações contábeis, em 30 de junho de 2022, o Índice de Basileia da Instituição encontrava-se inferior ao mínimo regulatório requerido. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

2022SP016687

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

# Balanços Patrimoniais

**EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**
(Em Milhares de Reais - R$)

| Ativo | Nota | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| **Caixa e equivalentes de caixa** | | **185.617** | **175.140** |
| Disponibilidades | **5a** | 47 | 11.241 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | **5a** | 185.570 | 163.899 |
| **Instrumentos Financeiros** | | **1.367.141** | **981.473** |
| Títulos e Valores Mobiliários | **6a** | 392.517 | 372.155 |
| Operações de Crédito | **7a** | 1.139.286 | 706.917 |
| Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito | **7d** | (164.662) | (97.599) |
| **Relações Interfinanceiras** | | **3.638** | – |
| **Outros créditos** | **8** | **1.363.598** | **1.242.548** |
| **Ativos Fiscais Diferidos** | **14c** | **72.762** | **45.926** |
| **Imobilizado de Uso** | **9** | **13** | **13** |
| **Intangível** | **10** | **2.412** | **2.412** |
| **Depreciações e Amortizações** | **9/10** | **(2.063)** | **(1.761)** |
| **Total de Ativo** | | **2.993.118** | **2.445.749** |

| Passivo | Nota | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| **Depósitos e Instrumentos Financeiros** | | **2.524.016** | **1.976.240** |
| Depósitos | **11a** | 1.705.620 | 1.100.558 |
| Recursos de Aceites e Emissões de Títulos | **11b** | 818.396 | 875.682 |
| **Outras Obrigações** | **12** | **86.825** | **95.074** |
| **Instrumento de Dívida Elegível a Capital** | **13** | **15.371** | **14.545** |
| **Total do Passivo** | | **2.626.212** | **2.085.859** |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Capital Social | **15** | 300.000 | 50.000 |
| Aumento de Capital | **15** | – | 250.000 |
| Reservas de Capital | **15** | 57.495 | 57.495 |
| Reservas de Lucros | **15** | 2.395 | 2.395 |
| Lucros Acumulados | | 7.016 | – |
| **Total do Patrimônio Líquido** | | **366.906** | **359.890** |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | | **2.993.118** | **2.445.749** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

# Demonstrações do Resultado

**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**
(Em Milhares de Reais - R$, exceto o número de ações e lucro por ação)

| | Nota | 2022<br>1° Semestre | 2021<br>1° Semestre |
|---|---|---|---|
| **Receitas de Intermediação Financeira** | | **554.001** | **306.104** |
| Receitas de Operações de Crédito | **7c** | 527.087 | 302.452 |
| Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | **5b** | 10.611 | 1.566 |
| Resultado de Títulos e valores mobiliários | **6b** | 16.303 | 2.086 |
| **Despesas de Intermediação Financeira** | | **(469.940)** | **(180.060)** |
| Despesa de juros | **11c** | (129.005) | (45.812) |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros | **17** | (340.935) | (134.248) |
| **Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito** | | **(67.061)** | **(41.689)** |
| Despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | **7d** | (67.061) | (41.689) |
| **Resultado de Intermediação Financeira** | | **17.000** | **84.356** |
| **Outras Receitas/Despesas Operacionais** | | **(8.171)** | **(9.986)** |
| Receita de prestação de serviço | | 72.868 | 10.557 |
| Despesa de pessoal | **16a** | (8.358) | (682) |
| Despesas administrativas | **16b** | (47.789) | (8.695) |
| Despesas tributárias | **14b** | (7.205) | (10.147) |
| Depreciação e Amortização | **16b** | (302) | (353) |
| Outras receitas operacionais | | 21 | 2.613 |
| Outras despesas operacionais | | (17.406) | (3.278) |
| **Resultado antes de tributos e participações** | | **8.829** | **74.370** |
| **Tributos e participações** | | **(1.813)** | **(25.929)** |
| IRPJ e CSLL correntes | **14a** | (28.510) | (32.476) |
| IRPJ e CSLL diferidos | **14a** | 26.725 | 6.577 |
| Participações Estatutárias no Lucro | | (28) | (30) |
| **Lucro Líquido do semestre** | | **7.016** | **48.440** |
| Número de Ações | | 300.000.000 | 300.000.000 |
| **Lucro líquido por ações (em Reais)** | | **0,02** | **0,16** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

# Demonstrações do Resultado Abrangente

**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**
(Em Milhares de Reais - R$)

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| | 1° Semestre | 1° Semestre |
| **Lucro Líquido do semestre** | 7.016 | 48.440 |
| **Resultado Abrangente do semestre** | **7.016** | **48.440** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

# Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**
(Em Milhares de Reais - R$)

| | Nota | Capital Social | Aumento de Capital | Reservas de Lucro - Legal | Reservas de Capital | Lucros Acumulados | Total do Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2020** | | **50.000** | – | – | **11.998** | – | **61.998** |
| Aumento de Capital | **15** | – | – | – | – | – | – |
| Lucro Líquido do Semestre | **15** | – | – | – | – | 48.440 | **48.440** |
| Constituição de Reserva de Lucros e de Capital | **15** | – | – | – | 48.440 | (48.440) | – |
| **Saldo em 30/06/2021** | | **50.000** | – | – | **60.438** | – | **110.438** |
| **Mutações no período** | | – | – | – | **48.440** | – | **48.440** |
| **Saldo em 31/12/2021** | | **50.000** | **250.000** | **2.395** | **57.495** | – | **359.890** |
| Aumento de Capital | **15** | 250.000 | (250.000) | – | – | – | – |
| Lucro Líquido do Semestre | | – | – | – | – | 7.016 | **7.016** |
| **Saldo em 30/06/2022** | | **300.000** | – | **2.395** | **57.495** | **7.016** | **366.906** |
| **Mutações no período** | | **250.000** | **(250.000)** | – | – | **7.016** | **7.016** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

# Demonstrações do Fluxo de Caixa

**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**
(Em Milhares de Reais - R$)

| | Nota | 2022<br>1º Semestre | 2021<br>1º Semestre |
|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | |
| Resultado líquido do Semestre | | **7.016** | **48.440** |
| **Ajustes ao resultado líquido** | | | |
| Depreciação e amortização | | 302 | 352 |
| Despesa com provisão de liquidação duvidosa | **7e** | 67.061 | 42.653 |
| Resultado de IRPJ e CSLL diferidos | **14a** | (26.725) | (6.577) |
| Despesas de provisões | | 244 | 1.025 |
| Marcação a Mercado - TVM | | 606 | – |
| Juros não realizados | | 78.887 | 33.044 |
| Rateio de despesas do 1º sem | | 27.856 | – |
| Despesa com provisão para IRPJ e CSLL | **14a** | 28.510 | 32.476 |
| **Resultado Ajustado** | | **183.757** | **151.412** |
| **Variação em ativos e passivos operacionais** | | | |
| (Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários | **6** | (35.577) | 2.490 |
| (Aumento)/Redução em Operações de Crédito | **7** | (432.368) | (252.176) |
| (Aumento)/Redução em Outros Créditos | **8** | (124.800) | (106.288) |
| Aumento/(Redução) em Depósitos | **11a** | 526.175 | 321.229 |
| Aumento/(Redução) em Recursos de Aceites e Emissões de Títulos | **11b** | (57.286) | (99.941) |
| Aumento/(Redução) em Outras Obrigações | **12** | (71.483) | (21.553) |
| Imposto de renda e contribuição pagos | | 7.450 | 10.386 |
| **Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais** | | **(187.889)** | **(145.854)** |
| **Fluxo de caixa de atividades de Investimentos** | | | |
| (Aumento)/Redução em Imobilizado de Uso e Intangível | **9** | – | (5) |
| (Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários | | 14.609 | – |
| Investimento | **6** | – | 2.556 |
| **Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento** | | **14.609** | **2.551** |
| **Caixa e Equivalentes de caixa** | | **10.477** | **8.107** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no início do semestre | | 175.140 | 122.432 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no final do semestre | | 185.617 | 130.540 |
| **Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa** | | **10.477** | **8.108** |

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

# Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

**PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**
(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

## 1. Contexto Operacional

A Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Will Financeira" ou "Companhia"), foi constituída em 01 de junho de 2015 (originalmente denominada AVISTA S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, teve sua denominação alterada em 14 de dezembro de 2020), com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de praticar operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e em vigor. Sua matriz tem sede e domicílio localizados na Rua Eugênio de Medeiros, nº 303 - 10º andar, conjunto 1001 C - São Paulo/SP.

Seus atos societários de constituição foram aprovados pelo Banco Central do Brasil em 02 de dezembro de 2015, iniciando suas atividades a partir de 06 de setembro de 2016.

A Companhia, como resultado de reorganização societária realizada no exercício de 2021 (nota 15), é controlada diretamente pela Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding"), faz parte do Conglomerado Prudencial Will Bank (ou "Grupo") do qual ainda faz parte do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC") e tem como controladora final a Will S.A. Instituição de Pagamento ("Will Pagamento" ou "IP"), anteriormente denominada Supernova S.A. Meios de Pagamentos ("Supernova").

A Sociedade tem como foco de atuação a concessão de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes da Will Pagamento, aplicando seus recursos próprios e o de terceiros, captados através da emissão de Letras de Câmbio ("LC") e por Certificados e Recibos de Depósitos Bancários ("CDB" e "RDB").

A antiga PAG S.A. Meios de Pagamentos foi cindida em 10 de dezembro de 2019, originando as empresas Supernova S.A. Meios de Pagamentos ("Supernova") e Avista S.A. Administradora de Cartões de Crédito ("Avista Cartões"), que representam dois negócios segregados: (i) Supernova, detentora do produto digital Pag! cujas operações começaram em 2017, permitindo aos usuários a emissão de cartões Pag! Mastercard e o acesso a conta digital onde podem realizar depósitos, fazer saques, transferências, recargas de celular e pagar títulos e convênios; e (ii) Avista Cartões, cujo financiamento de operações pela Will Financeira foi encerrado no mês de abril de 2020. Em 05 de outubro de 2020 a Supernova sofreu alteração de sua denominação para Will S.A. Meios de Pagamento, a mudança da denominação da empresa vai ao encontro da estratégia do Grupo em desenvolver um novo banco digital com marca forte, direta e simples, que possibilite uma experiência intuitiva e transparente aos seus clientes, ocorrendo concomitantemente com o desenvolvimento do aplicativo willbank. No segundo semestre de 2021 a Will Meios de Pagamentos realizou uma nova mudança na denominação da empresa que passou a ser Will S.A. Instituição de Pagamento. Atualmente a Will Financeira que detém as operações em atraso da Will Pagamentos, as quais tornam-se crédito rotativo, operações de crédito.

## 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre findos em 30 de junho de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pelo Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e Conselho Monetário Nacional ("CMN") e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 07 de julho de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos os pronunciamentos foram recepcionados pelo BACEN. Desta forma a Will Financeira, na elaboração das suas demonstrações contábeis, considerou para elaboração dessas demonstrações contábeis os seguintes pronunciamentos contábeis sumarizados abaixo:

| Pronunciamento | Resolução |
|---|---|
| PC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro | 4.144/12 |
| CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | 3.566/08 |
| CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa | BCB 2/20 |
| CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas | BCB 2/20 |
| CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | 3.989/11 |
| CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | 4.007/11 |
| CPC 24 - Eventos Subsequentes | BCB 2/20 |
| CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | 3.823/09 |
| CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | 4.424/15 |
| CPC 41 – Resultado por ação | 4.818/20 |
| CPC 46 - Mensuração do Valor Justo | 4.748/19 |

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

| Norma CMN | Pronunciamento CPC Equivalente |
|---|---|
| Res. CMN nº 4.524/2016 - Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações contábeis de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior | CPC 02 (R2) |
| Res. CMN nº 4.534/2016 - Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível. | CPC 04 (R1) |
| Res. CMN nº 4.535/2016 - Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso. | CPC 27 |

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

**Moeda funcional**

Os números apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade gera e despende caixa ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

**Aprovação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria da Companhia, em 26 de agosto de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

## 3. Principais práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Will Financeira são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

**a) Apuração do Resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

**b) Ativos e Passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor poderá ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

**d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

**e) Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN. E são classificados nas seguintes categorias:

**i) Títulos para negociação**

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

**ii) Títulos disponíveis para venda**

São títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido dentro de outros resultados abrangentes.

**iii) Títulos mantidos até o vencimento**

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado do exercício e não havendo atualização para o valor justo.

**f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

**g) Operações de Crédito/Provisão para Perdas**

São concedidas de acordo com as políticas de concessão de crédito da instituição e classificadas em nove níveis de risco de "AA" até "H". A Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas, considerando o provisionamento mínimo requerido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados e somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

As operações que estão classificadas no nível "H" são cedidas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Recupera (FIDC), sendo que essas cessões são efetuadas sem coobrigação e registradas com conformidade com a Resolução 3.533 do CMN que estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

**h) Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas estão relacionadas a serviços ou produtos pagos de forma antecipada, e nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros, portanto, estes valores são amortizados ao longo do tempo conforme os direitos e benefícios são transferidos para a Will Financeira.

**i) Imobilizado de uso**

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos itens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil dos itens de imobilizado são: (I) Móveis e utensílios - 10 anos; (II) Máquinas e Equipamentos de Informática - 5 anos; (III) Benfeitoria em imóveis de terceiros - 5 anos; (IV) Instalações - 10 anos; e (V) Veículos - 5 anos.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

**j) Intangível**

O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução Bacen 4.534/2016. As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização também constam no ativo tangível. A vida útil dos itens de intangíveis é de 5 anos.

**k) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo valor captado, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço.

**l) Letras de Câmbio**

Estão demonstrados pelo valor captado, acrescidas dos encargos incorridos até a data do balanço.

**m) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos**

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) corrente originam-se dos impostos a serem recolhidos ou recuperados dentro do exercício.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias, e são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% do adicional de IRPJ sob o excedente de R$240 (duzentos e quarenta mil reais) ao ano. A CSLL é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

Em 28.04.2022 foi publicada a medida provisória (MP) n ° 1.115, que alterou a Lei n.° 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro.A CSLL foi fixada em 16%, até 31.12.2022, nos casos das pessoas jurídicas referidas nos incisos II ao VII do parágrafo 1° do art. 1° da Lei Complementar n ° 105/2001. Vale ressaltar que a medida entrou em vigor apenas no 1° dia do 4° mês subsequente ao de sua publicação.

**n) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais**

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, que será apenas confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, exceto quando a Will Financeira entender que a sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, finalização de processo em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

Já provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a probabilidade de perda:

- Provável: são reconhecidas provisões no passivo;
- Possível: são divulgados nas demonstrações contábeis, mas não são constituídas provisões; e
- Remoto: não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis

**o) Outros passivos**

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente.

**p) Demonstração dos fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreu no período apresentado utilizando o método indireto.

**q) Resultado por ação**

O cálculo do resultado por ação da Will Financeira é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício aplicável.

**r) Resultados recorrentes/não correntes**

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante o 1º semestre de 2022 não foram identificados resultados não recorrentes.

## 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

**a) Julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e instrumentos financeiros.

**b) Estimativas e premissas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

i) Vida útil de ativos não circulantes

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

ii) Provisões legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

iii) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito da Carteira de Crédito

A provisão de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto leva-se em consideração os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

iv) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados observáveis como, por exemplo, indicadores de liquidez, indicadores de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado pelos instrumentos financeiros.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

**a) Composição**

| **Disponibilidades** | **30/06/2022** | **31/12/2021** |
|---|---|---|
| Depósitos Bancários | 46 | 517 |
| Reservas Livres | 1 | 10.724 |
| | **47** | **11.241** |
| **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez** | | |
| LFT – Letras Financeiras do Tesouro | 40.575 | – |
| LTN – Letras do Tesouro Nacional | – | 163.899 |
| NTN – Notas do Tesouro Nacional | 144.995 | – |
| | **185.570** | **163.899** |
| **Total** | **185.617** | **175.140** |

**b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

| | **2022** | **2021** |
|---|---|---|
| | **1º Semestre** | **1º Semestre** |
| Compromissada - Posição Bancada | 10.487 | 1.517 |
| Aplicação em Depósito Interfinanceiro | 124 | 49 |
| **Total** | **10.611** | **1.566** |

## 6. Títulos e Valores Mobiliários

**a) Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por vencimento**

Os instrumentos financeiros estão representados por títulos públicos federais integrantes da carteira própria da Will Financeira e estão classificados nas categorias de mantidos até o vencimento e mantidos para negociação e podem ser assim demonstrados:

| | **30/06/2022** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Vencimento** | | **Valor Contábil** | **Marcação** | |
| | **Até 1 ano** | **Depois 1 ano** | **sem MTM** | **a Mercado** | **Valor Contábil** |
| **1 - Mantidos para negociação** | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | – | 106.836 | 106.836 | – | 106.836 |
| **2 - Mantidos até o vencimento** | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 269.382 | 15.693 | 285.075 | (606) | 285.681 |
| **Total** | **269.382** | **122.529** | **391.911** | **(606)** | **392.517** |

| | 31/12/2021 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Vencimento | | Valor Contábil | Marcação | |
| | Até 1 ano | Depois 1 ano | sem MTM | a Mercado | Valor Contábil |
| **1 - Mantidos para negociação** | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | – | 101.361 | 101.361 | – | 101.361 |
| **2 - Mantidos até o vencimento** | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | – | 270.466 | 270.466 | 328 | 270.794 |
| **Total** | – | **371.827** | **371.827** | **328** | **372.155** |

**b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| | 1° Semestre | 1° Semestre |
| Títulos de Renda Fixa | 16.303 | 2.086 |
| **Total** | **16.303** | **2.086** |

## 7. Operações de Crédito

Estão representadas por operações geradas majoritariamente através do financiamento de operações de cartão de crédito da Will Pagamento com remuneração pactuada a taxas pré-fixadas.

**a) Composição das Operações de Crédito por rating**

| | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Nível de Risco** | Carteira | Carteira |
| A | 327.967 | 307.219 |
| B | 212.569 | 96.773 |
| C | 154.343 | 62.090 |
| D | 145.783 | 64.618 |
| E | 116.471 | 62.274 |
| F | 103.850 | 58.359 |
| G | 78.273 | 55.584 |
| H | 30 | – |
| **Total Geral** | **1.139.286** | **706.917** |
| **Circulante** | **1.116.376** | **693.282** |
| **Não Circulante** | **22.910** | **13.635** |

**b) Composição das Operações de Crédito por vencimento**

| | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Curso Normal** | **327.967** | **307.218** |
| **Parcelas vencidas** | **45.129** | **40.131** |
| Até 14 dias | 45.129 | 40.131 |
| **Parcelas a vencer** | **282.838** | **267.087** |
| Até 3 meses | 271.058 | 254.211 |
| 3 a 6 meses | 7.896 | 9.298 |
| 6 a 12 meses | 3.018 | 2.919 |
| Acima de 12 meses | 866 | 659 |
| **Curso Anormal** | **811.319** | **399.699** |
| **Parcelas vencidas** | **476.315** | **296.718** |
| Até 14 dias | 35.228 | 12.805 |
| Acima de 14 dias | 441.086 | 283.913 |
| **Parcelas a vencer** | **335.004** | **102.981** |
| Até 3 meses | 295.863 | 82.939 |
| 3 a 6 meses | 22.560 | 11.545 |
| 6 a 12 meses | 12.128 | 6.077 |
| Acima de 12 meses | 4.453 | 2.420 |
| **Total** | **1.139.286** | **706.917** |

**c) Resultado das Operações de Crédito**

As receitas de operações de crédito são advindas da apropriação de juros da carteira de crédito no montante de R$ 527.087 (R$ 302.452 em junho de 2021).

**d) Constituição da Provisão para Perdas com Carteira de Crédito por níveis de risco**

Conforme facultado na Resolução CMN nº 2.682/99, por se tratar de operações com valor abaixo de R$ 50.000 (cinquenta mil reais), essas operações são inicialmente classificadas no nível de risco "A", sendo reclassificadas para níveis de risco "B" até "H" em decorrência da eventual inadimplência verificada nesses contratos.

A provisão para perdas com carteira de crédito é constituída sobre o saldo da carteira das operações de crédito, o mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99. No período anterior era efetuado um complemento da Provisão, de acordo com a Política interna, no montante de R $1.964 em 31 de dezembro de 2020, a partir do 2º semestre de 2021, não se fez necessário a provisão complementar, visto a performance histórica da carteira de crédito.

Os saldos contábeis das operações de crédito, considerando os níveis estabelecidos em função da nova política de provisionamento, ficaram assim segregados:

| | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Nível de Risco** | **PDD Total** | **PDD Total** |
| A | (1.640) | (1.535) |
| B | (2.126) | (968) |
| C | (4.630) | (1.863) |
| D | (14.578) | (6.462) |
| E | (34.941) | (18.682) |
| F | (51.926) | (29.180) |
| G | (54.791) | (38.909) |
| H | (30) | – |
| **Total Geral** | **(164.662)** | **(97.599)** |

**e) Movimentação Provisão para Perdas com Carteira de Créditos**

| | |
|---|---|
| **Saldo em 30/06/2021** | **76.495** |
| Constituição líquida de reversão 2º semestre 2021 | 21.105 |
| **Saldo em 31/12/2021** | **97.600** |
| Constituição líquida de reversão 1º semestre 2022 | 67.062 |
| **Saldo em 30/06/2022** | **164.662** |

**f) Créditos Renegociados**

| | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Créditos Renegociados no Período | 160.278 | 111.147 |
| Baixas por Cessão ao FIDC | 8.605 | 9.408 |
| **Total** | **168.883** | **120.556** |

## 8. Outros Créditos

| | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Antecipação de transação de pagamento pós-pago (a) | 1.165.960 | 965.096 |
| Créditos a receber Will Pagamentos (b) | 172.981 | 251.786 |
| Valores a receber - FIDC Recupera (c) | 8.704 | 3.298 |
| Devedores Diversos no País (d) | 13.630 | 8.354 |
| Impostos e Contribuições a Compensar (e) | 1.800 | 13.696 |
| Despesas Antecipadas | 523 | 318 |
| **Total** | **1.363.598** | **1.242.548** |
| Circulante | 1.363.598 | 1.242.548 |
| Não Circulante | – | – |

(a) Antecipação de Transação de pagamento pós pago: está representado por direitos de crédito decorrentes de borderôs com deságio junto à Will Pagamento, e representadas por compras autorizadas de cartão de crédito (carteira não vencida), cujos vencimentos estão previstos para os meses subsequentes ao encerramento das demonstrações contábeis. Tais operações serão convertidas em operações de crédito somente se as pessoas físicas titulares dos cartões de crédito atrasarem ou parcelarem o pagamento de suas respectivas faturas mensais.

(b) Estão representados por valores a receber da Will Pagamento em decorrência dos valores faturados de créditos a receber, a serem liquidados financeiramente nos meses subsequentes ao balanço.

(c) Estão representados pelas operações de cessão de crédito a serem recebidas do FIDC Recupera.

(d) Refere-se substancialmente a bloqueios judiciais e a valores a receber de empresa a qual a Will Financeira teve participações.

(e) Valores referentes à impostos e contribuições a compensar, sendo saldo majoritariamente composto por saldo negativo de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores e outros tributos.

## 9. Imobilizado de Uso

| | 31/12/2021 | 1º Semestre 2022 | | |
|---|---|---|---|---|
| | Saldo Contábil | Depreciação | Saldo Contábil | Saldo Líquido |
| Móveis e Equipamentos de Uso | 3 | (1) | 3 | 2 |
| Sistema de Comunicação | 10 | (3) | 10 | 7 |
| **Total** | **13** | **(4)** | **13** | **9** |

## 10. Intangível

| | 31/12/2021 | 1º Semestre 2022 | | |
|---|---|---|---|---|
| | Saldo Contábil | Amortização Acumulada | Saldo Contábil | Saldo Líquido |
| Marcas | 1 | – | – | 1 |
| Desenvolvimento Interno | 2.411 | (2.059) | 2.412 | 353 |
| **Total** | **2.412** | **(2.059)** | **2.412** | **354** |

## 11. Depósitos a Prazo e Recursos de Aceites

**a) Segregação de depósitos por prazo de vencimento**

Representados por Depósitos a prazo que estão registrados pelo valor captado, acrescido dos encargos "*pro rata temporis*" até a data do balanço.

| | 30/06/2022 | | | 31/12/2021 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Vencimento | | | Vencimento | | |
| | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Total | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Total |
| Pré-fixados | 577.765 | 622.251 | 1.200.015 | 269.046 | 569.936 | 838.982 |
| Pós-fixados | 134.207 | 371.398 | 505.605 | 61.376 | 200.200 | 261.576 |
| **Total** | **711.972** | **993.649** | **1.705.620** | **330.422** | **770.136** | **1.100.558** |

**b) Segregação de Recursos de Aceites por vencimento**

Representados por Letras de Câmbio ("LC") emitidas, captadas com base em taxas pós-fixadas como base na remuneração do CDI e estão registradas pelo valor captado, acrescido dos encargos "pro rata temporis" até a data do balanço.

| | 30/06/2022 | | | 31/12/2021 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Vencimento | | | Vencimento | | |
| | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Total | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Total |
| Pré-fixados | 94.472 | 384.459 | 478.931 | 81.192 | 412.987 | 494.179 |
| Pós-fixados | 125.234 | 214.231 | 339.465 | 133.989 | 247.514 | 381.503 |
| **Total** | **219.706** | **598.690** | **818.396** | **215.181** | **660.501** | **875.682** |

**c) Despesas de Juros**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Depósitos a Prazo | 81.211 | 17.517 |
| Aceites Cambiais | 45.008 | 27.156 |
| Outros | 2.786 | 1.139 |
| **Total** | **129.005** | **45.812** |

## 12. Outras Obrigações

| | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Cobrança e arrecadação de tributos** | **1.582** | **1.301** |
| IOF s/ operações de crédito | 1.582 | 1.301 |
| **Fiscais e Previdenciárias** | **22.840** | **26.301** |
| Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro | 21.060 | 25.412 |
| Passivo Fiscal Diferido | 242 | 131 |
| PIS e COFINS | 1.458 | 677 |
| Outros | 81 | 81 |
| **Diversas** | **62.402** | **67.472** |
| Despesa de Pessoal | 160 | 211 |
| Provisão para Passivo Contingente | 269 | 24 |
| Valores a Pagar a Sociedades Ligadas | 28.331 | 28.789 |
| Credores diversos - Pais (1) | 33.642 | 38.448 |
| **Total** | **86.825** | **95.074** |
| Circulante | 86.583 | 94.942 |
| Não Circulante | 242 | 131 |

(1) Estão representados por valores a pagar para a Will Pagamentos e Lift, em decorrência dos valores faturados de débitos a pagar.

## 13. Instrumentos de Dívida Elegível a Capital

Estão representadas por Letras Financeiras com cláusula de subordinação (LFS), com vencimento previsto para 31 de julho de 2028, elegíveis para compor o nível II do Patrimônio Líquido de Referência da Will Financeira, conforme autorização do Banco Central do Brasil. O saldo contábil de 30 de junho de 2022 está representado pelo valor de captação de R$ 12.500, acrescidos da remuneração equivalente a 105% do CDI. Sendo R$ 15.371, o valor atualizado para 30 de junho de 2022 (R$ 14.545 em 31 de dezembro de 2021).

## 14. Tributos

**a) Conciliação dos encargos de IRPJ e CSLL**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| **Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações** | **8.829** | **74.370** |
| **Participações no Lucro** | **(28)** | **(30)** |
| **Resultado antes dos Impostos** | **8.801** | **74.340** |
| **Encargo Total do IRPJ e CSLL às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente** | **(3.520)** | **(29.736)** |
| Despesas Indedutíveis | (45) | (580) |
| Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (1) | 1.768 | – |
| Adicional de IRPJ | 12 | 4.417 |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social** | **(1.785)** | **(25.899)** |
| Impostos Correntes | (28.510) | (32.476) |
| Impostos Diferidos | 26.725 | 6.577 |

(1) Majoração da alíquota da CSLL impactando a contribuição diferida, a partir de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

**b) Despesas Tributárias**

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| PIS | 1.018 | 1.403 |
| COFINS | 6.266 | 8.636 |
| Outras Despesas Tributárias | 41 | 108 |
| Atualização de Impostos a Recuperar | (120) | – |
| **Total** | **7.205** | **10.147** |

**c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos**

Estão representados por créditos tributários constituídos majoritariamente sobre diferenças temporárias decorrentes de provisões para crédito de liquidação duvidosa e sobre prejuízo fiscal/base negativa de CSLL. Os créditos tributários e passivo fiscal diferido foram refletidos na demonstração do resultado do semestre e constituídos com base na alíquota vigente na data da expectativa de realização dos créditos, calculados sobre a seguinte base:

c.1 Ativos Fiscais Diferidos

| | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 72.492 | 39.040 |
| Provisão para Fornecedores | 270 | 133 |
| **Total dos créditos sobre diferença temporária** | **72.762** | **39.173** |
| Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL | – | 6.753 |
| **Total IR e CS diferidos ativo** | **72.762** | **45.926** |

c.1 Passivos Fiscais Diferidos

| | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação | (242) | (131) |
| **Total IR e CS diferidos passivo** | **(242)** | **(131)** |

**d) Expectativa de Realização e Valor Presente dos Tributos Fiscais Diferidos**

O valor presente dos tributos fiscais é de R$ 68.205, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, utilizando na projeção da Taxa Selic adotada e no método de fluxo de caixa descontado, é possível visualizar o cálculo do valor presente do crédito tributário conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Realização do Crédito Tributário**

| | IRPJ | | CSLL | | Valor Contábil | Valor Presente |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano | Adições Temporárias | Prejuízo Fiscal | Adições Temporárias | Base Negativa | Total | Total |
| 2.022 | 44.332 | – | 28.367 | – | 72.698 | 68.148 |
| 2.023 | 41 | – | 24 | – | 65 | 56 |
| **Total** | **44.373** | – | **28.391** | – | **72.763** | **68.205** |

## 15. Patrimônio Líquido

O Capital Social da Companhia inicial foi de R$ 40.000 (quarenta milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, de propriedade de domiciliados no país, representados por 40.000 (quarenta milhões) de ações, sem valor nominal, sendo 20.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas, com direito a voto, e 20.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas, sem direito a voto.

Em 09 de dezembro de 2019, a Will Financeira deliberou pelo aumento de capital social da Sociedade, em moeda corrente, no valor de R$ 10.000 (dez milhões de reais), passando o capital social da Sociedade de R$ 40.000 (quarenta milhões de reais) para R$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de 10.000 (dez milhões) de novas ações, com valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada, sendo 5.000 (cinco milhões) de novas ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e 5.000 (cinco milhões) de novas ações preferenciais nominativas, sem direito a voto. O aumento de capital social foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de agosto de 2020.

**Aumento de Capital**

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento com o Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R$ 250 milhões na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária. O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021, sendo então a Will Pagamento a controladora da Will Holding e Will Financeira. Em 15 de setembro de 2021 foi realizado um aumento de capital na Will Financeira no valor total do investimento efetuado na Will Pagamentos, ou seja, R$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), com a consequente emissão de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias. E em 29 de Junho de 2022 o processo de homologação do aumento de capital do BACEN, foi aprovado por meio do Ofício 12998/2022-BCB. Assim, o capital social da Will Financeira é de R$300.000 (trezentos milhões de reais), dividido em 275.000 (duzentas e setenta e cinco) ações ordinárias e 25.000 (vinte e cinco mil) ações preferenciais.

**Reservas**

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

**Dividendos**

O artigo 26º do Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, serão destinados (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, até que se alcance 20% do capital social; (ii) 25% para dividendos aos acionistas; e (iii) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral. Todavia, o art. 27º também prevê que o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgá-lo incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembléia Geral Ordinária que distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. Nesse sentido, a Companhia não efetuou distribuição de dividendos no exercício, por julgá-lo incompatível com sua situação financeira.

## 16. Outras despesas operacionais

**a) Despesa de Pessoal**

| | 2022<br>1º Semestre | 2021<br>1º Semestre |
|---|---|---|
| Proventos | 5.835 | 317 |
| Benefícios | 412 | 194 |
| Encargos sociais | 1.994 | 135 |
| Outros | 117 | 36 |
| **Total** | **8.358** | **682** |

**b) Outras Despesas Administrativas**

| | 2022<br>1º Semestre | 2021<br>1º Semestre |
|---|---|---|
| Serviços Técnicos Especializados (*) | 13.855 | 7.143 |
| Serviços financeiros | 1.121 | 582 |
| Depreciação e amortização | 302 | 353 |
| Publicidade e Propaganda | 31.313 | 2 |
| Contingências | 244 | 60 |
| Outros | 1.255 | 909 |
| **Total** | **48.090** | **9.048** |

(*) Referem-se substancialmente a serviços terceirizados de cobranças contratados pela Will Financeira.

## 17. Operações de Venda ou de Transferência de ativos financeiros

O resultado de venda ou de transferência de ativos financeiros, corresponde ao retorno das cessões efetuadas ao FIDC ao longo do semestre, que no primeiro semestre de 2022 o montante é de R$ 340.935 (R$ 134.248 em junho de 2021).

## 18. Partes Relacionadas

| | 1º Semestre 2022 | | |
|---|---|---|---|
| | Will Pagamentos | FIDC Recupera | Total |
| **Ativo** | **1.324.124** | **8.704** | **1.332.828** |
| Créditos a Receber | 172.981 | – | 172.981 |
| Valores a Receber | – | 8.704 | 8.704 |
| Antecipação de transação de pagamento pós-pago | 1.151.144 | – | 1.151.144 |
| **Passivo** | **(54.119)** | **(15.371)** | **(69.490)** |
| Depósitos a Prazo | – | – | – |
| Valores a Pagar a Sociedades Ligadas | (28.330) | – | (28.330) |
| Credores diversos - Pais | (25.789) | – | (25.789) |
| Letras Financeiras | – | (15.371) | (15.371) |
| **Resultado** | – | **(340.935)** | **(340.935)** |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros | – | (340.935) | (340.935) |

| | 2021 | | |
|---|---|---|---|
| | Will Pagamentos | FIDC Recupera | Total |
| **Ativo** | **1.193.305** | **3.298** | **1.196.603** |
| Devedores Diversos no País | 14 | – | 14 |
| Créditos a Receber | 251.772 | – | 251.772 |
| Valores a Receber | – | 3.298 | 3.298 |
| Antecipação de transação de pagamento pós-pago | 941.519 | – | 941.519 |
| **Passivo** | **(61.373)** | **(71.382)** | **(132.754)** |
| Depósitos a Prazo | 0 | (56.837) | (56.837) |
| Valores a Pagar a Sociedades Ligadas | (28.789) | – | (28.789) |
| Credores diversos - Pais | (32.584) | – | (32.584) |
| Letras Financeiras | – | (14.545) | (14.545) |
| **Resultado** | – | **(133.285)** | **(133.285)** |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros | – | (133.285) | (133.285) |

A remuneração da administração é efetuada em outra empresa do Grupo.

## 19. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

**a) Índice de Basiléia**

Em decorrência do Acordo de Basiléia III, observadas as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil, as instituições financeiras estão obrigadas a manter o Patrimônio de Referência (PR) compatível com a exposição aos riscos superior ao requerimento mínimo de 8% da relação entre o Patrimônio de Referência e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O Patrimônio de Referência (PR) é composto pelo Nível I e pelo Nível II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal e Capital Complementar e o Nível II composto por instrumentos de dívida subordinada. A Will Financeira compõe em seu Nível I apenas de Capital Principal (basicamente Capital Social Reservas de Capital e Lucros) além dos respectivos ajustes prudenciais. Já em seu Nível II, possui um instrumento de dívida subordinada que é composto por uma Letra Financeira Subordinada.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) são apurados conforme a soma da parcela dos riscos de crédito, mercado e operacional. A Will Financeira utiliza abordagens padronizadas para o cálculo em consonância à regulamentação em vigor.

O Índice de Basileia, da Will Financeira, é de 7,10%, na data-base de 30 de junho de 2022 (3,54% em 30 de junho de 2021).

Cabe ressaltar que com a homologação do aumento de capital (Nota 15), esse valor passou a ser considerado no cálculo do índice de Basileia.

**b) Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Visa o monitoramento, o controle e avaliação da necessidade de capital face à exposição a riscos, ao planejamento de metas e os objetivos estratégicos da instituição. A Will Financeira, além de monitorar a necessidade de capital, adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado ou no planejamento estratégico.

**c) Gerenciamento do Risco de Crédito**

A exposição ao risco de crédito pela Will Financeira está ligada à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações de crédito, envolvendo títulos, valores mobiliários ou aplicações interfinanceiras. Fundamentada na Resolução CMN nº 4.557/2017, a companhia dispõe de política de concessão de crédito, realizando operações de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes das suas coligadas ("Instituição de Pagamento").

O cálculo da parcela de capital requerido para a cobertura da exposição ao Risco de Crédito é realizado mediante a abordagem padronizada - RWACPAD.

**d) Gerenciamento do Risco de Mercado**

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da instituição. Nossas aplicações de recursos em operações de crédito estão sendo pactuadas com remuneração de taxas pré-fixadas e as captações através de Certificados de Depósito Bancários, na sua grande maioria, por taxas pré-fixadas. O monitoramento de eventos externos que pudessem impactar os fluxos de caixas futuros e a nossa rentabilidade são continuamente acompanhados pela Will Financeira. Os eventuais impactos na necessidade de capital para a cobertura da exposição aos riscos de mercado são monitorados através de sistema informatizado, onde são simuladas as situações de estresse. Um fator relevante de mitigação de riscos é o prazo médio de vencimento dessas captações, onde aproximadamente 90% vencem a partir de um ano após o encerramento das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2022, enquanto o giro das operações de crédito, em sua grande maioria é menor que este prazo. O que nos permitiria adotar eventuais medidas de proteção contra a eventual e futura elevação de taxas de juros. Outro mitigador importante é o fato da Will Financeira não manter operações classificadas na carteira de negociação.

Conforme Circular 3.876/2018 e a Resolução BCB 48/2020, instituídos a partir de jan/22, a instituição utiliza metodologias e procedimentos para avaliar a suficiência do valor do Patrimônio de Referência mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB).

**e) Gerenciamento do Risco Operacional**

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Conforme facultado na Resolução CMN nº 4.557/2017, a Will Financeira calcula a parcela para a cobertura da exposição a esse risco pelo método do Indicador Básico. No período entre o início das atividades e o encerramento das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2022, não foram registradas perdas materiais decorrentes de eventos relacionados à risco operacional.

**f) Gerenciamento do Risco de Liquidez**

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Existe uma política de caixa mínimo em vigor para gerenciar o risco de liquidez e esta política tem o objetivo de garantir recursos suficientes para suas obrigações de curto prazo. Além disso, a Will Financeira avalia de forma recorrente possíveis cenários de estresse e seus impactos nos índices de liquidez. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou de reduzir alavancagem.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez foi estabelecida com base nas diretrizes do Banco Central do Brasil e do Comitê da Basiléia, e nas melhores práticas sugeridas pelo Institute of International Finance no Principles of Liquidity Risk Management, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição a risco de liquidez da Instituição.

will
BANK